de desemprego, para os beneficiários desempregados com idades compreendidas entre os 45 e 54 anos, colocando-os, quanto à duração desta prestação, em plano semelhante ao dos desempregados com 55 ou mais anos de idade.

Na base do alargamento do período de concessão do subsídio social de desemprego a estes desempregados de idade mais avançada está não só o reconhecimento de maiores dificuldades na obtenção de novo emprego como também, em especial, estarem envolvidos agregados familiares de fracos recursos económicos, condição de que depende a atribuição do direito ao subsídio social de desemprego, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 79-A/89, de 13 de Março.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto, e nos termos das alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Os artigos 24.º do Decreto-Lei n.º 79-A/89, de 13 de Março, e 25.º do mesmo diploma, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 418/93, de 24 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 24.º

Período de concessão das prestações de desemprego

1 — O período de concessão das prestações de desemprego é estabelecido em função da idade do beneficiário à data do requerimento, nos termos dos números seguintes.

2 — Os períodos de concessão do subsídio de desemprego são os seguintes:

- a) 10 meses, para os beneficiários com idade inferior a 25 anos;
- b) 12 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 25 anos e inferior a 30 anos;
- c) 15 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 30 anos e inferior a 35 anos;
- d) 18 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 35 anos e inferior a 40 anos;
- e) 21 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 40 anos e inferior a 45 anos;
- f) 24 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 45 anos e inferior a 50 anos;
- g) 27 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 50 anos e inferior a 55 anos;
- h) 30 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 55 anos.

3 — Os períodos de concessão do subsídio social de desemprego não subsequente ao subsídio de desemprego são os seguintes:

- a) 10 meses, para os beneficiários com idade inferior a 25 anos;
- b) 12 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 25 anos e inferior a 30 anos;
- c) 15 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 30 anos e inferior a 35 anos;
- d) 18 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 35 anos e inferior a 40 anos;

- e) 21 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 40 anos e inferior a 45 anos;
- f) 30 meses, para os beneficiários com idade igual ou superior a 45 anos.

Artigo 25.º

Subsídio social de desemprego subsequente ao subsídio de desemprego

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o período de concessão do subsídio social de desemprego, quando atribuído subsequentemente ao subsídio de desemprego, tem uma duração correspondente a metade dos períodos fixados no n.º 2 do artigo anterior, tomando em conta a idade do beneficiário à data em que cessou a concessão do subsídio de desemprego.

2 — O período de concessão do subsídio social de desemprego subsequente ao subsídio de desemprego tem a duração de 15 meses para os beneficiários que, à data em que cessou a concessão do subsídio de desemprego, tenham entre 45 e 54 anos de idade.»

Artigo 2.º

O presente diploma entra em vigor no dia 1 do 2.º mês seguinte ao da sua publicação, aplicando-se às situações de desemprego iniciadas após o início da sua vigência.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Abril de 1996. — *António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino* — *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*.

Promulgado em 10 de Maio de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 13 de Maio de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Decreto-Lei n.º 58/96

de 22 de Maio

À Direcção-Geral dos Espectáculos (DGESP), serviço da administração central com autonomia administrativa, incumbe, entre outras atribuições, promover a produção de espectáculos artísticos de vária natureza, livros de musicologia, discos de música erudita portuguesa e outros produtos culturais e, bem assim, assegurar a difusão das iniciativas culturais do âmbito do espectáculo artístico e o cumprimento da legislação que as rege.

No sentido de tornar mais eficaz o cumprimento de tais atribuições, a lei permite que a DGESP, além das dotações atribuídas pelo Orçamento do Estado, arrecade outras receitas, mediante inscrição de dotações com compensação em receitas.

No entanto, a lei não prevê, no âmbito destas receitas, a transição dos respectivos saldos anuais, o que gera dificuldades à melhor gestão das iniciativas da DGESP, quer nas áreas de produção cultural, privando os projectos de continuidade de receitas por eles próprios geradas, quer no âmbito da verificação do cumprimento da

legislação que rege os espectáculos, como é o caso das vistorias, cujas receitas, consignadas ao pagamento dos respectivos abonos aos peritos, se podem perder por não haver transição, em caso de, por várias razões, o processamento dos abonos se atrasar, indo onerar e prejudicar a respectiva actividade do ano seguinte.

Justifica-se, em consequência, a previsão da transição de saldos.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

O artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 106-B/92, de 1 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 28.º

- 1 —
- 2 —

3 — Os saldos anuais de receitas consignadas transitam para o ano económico seguinte.»

Artigo 2.º

O presente diploma produz efeitos desde 31 de Dezembro de 1995.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Abril de 1996. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Carlos dos Santos* — *Manuel Maria Ferreira Carrilho*.

Promulgado em 10 de Maio de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 13 de Maio de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.